1
Introdução

O livro *Moçambique das palavras escritas*, de Margarida Calafate Ribeiro e Maria Paula Meneses, traz desde o título uma reflexão sobre a literatura moçambicana e sobre a própria situação política do país, ex-colônia portuguesa até a década de setenta.

O título é alvo de uma profunda reflexão por conta do uso da expressão "das palavras escritas". Moçambique, como outros países africanos, possui uma longa tradição de cultura oral e apresenta "traços que parecem configurar uma cultura essencialmente acústica". (LOPES, 2000, p. 1) A África tem como tradição passar sua cultura oralmente, de geração em geração, fazendo com que nesta cultura o idoso adquira um importante papel, como detentor de um conhecimento maior da cultura e dos saberes de seu povo.

Por esse motivo, pensar em *Moçambique das palavras escritas* é pensar numa nova configuração cultural trazida pela escrita, dentro de um país oral, e ainda uma escrita formulada em português, idioma imposto pelo colonizador e confirmado após a independência como língua oficial do país. Estudos disponíveis estimam que um pouco mais de dez por cento da população domina a língua portuguesa, a maioria utiliza dialetos locais para se comunicar[1].

Diante disto, pensar em *Moçambique das palavras escritas* torna-se uma questão ainda mais particular, sobretudo, se levarmos em conta a restrita parcela da população que domina o idioma oficial. Todavia, quando entramos em contato com a produção literária em Moçambique, verificamos que a literatura tem atuado na constituição de alguns fundamentos para uma cultura escrita no país.

No decorrer da leitura dos artigos que compõem o livro de Ribeiro e Meneses, identificamos alguns argumentos e questões que parecem decisivos para compreendermos melhor a formação de uma cultura escrita e o papel da literatura no processo de afirmação nacional. Para partir em busca de maior particularização acerca da formação e da solidificação da cultura literária escrita em Moçambique, acredito ser necessária uma recuperação da cronologia histórico-política do país.

[1] Cf. NOA, 2008; MENDONÇA, 1988.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1012045/CA

A Ilha de Moçambique foi “descoberta” pelos portugueses no século XV. Essa descoberta foi fruto de um período de buscas de novos mercados para comercializar mercadorias, a chamada expansão comercial dos países europeus para o Oriente.

Vasco da Gama chegou à Ilha de Moçambique após aportar na região de Natal, atual África de Sul. No entanto, esse primeiro contato foi apenas para o reabastecimento das naus e para a troca de alguns objetos. Não houve mapeamento do local ou tentativa de se estabelecer na região encontrada, como demonstra José Luís Cabaço, em seu livro *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*:

> Nos primeiros dias de 1498 da era cristã, os habitantes da costa do Sul de Moçambique, em algum lugar situado entre as actuais cidades de Inharrime e Inhambane, viram chegar estranhas embarcações, enormes em relação às que até então tinham visto. Delas desceram outros barcos menores transportando gente pálida e vestida de modo insólito. Não se compreendeu o que eles diziam, mas não pareceram agressivos, pelo que as gentes locais os acolheram sem animosidade. Os forasteiros recolheram água fresca, trocaram alguns objectos e regressaram às grandes embarcações, e que voltariam a desaparecer no mar profundo. Ninguém sabia quem eram os visitantes, muito menos podia imaginar que testemunhava um momento histórico: os primeiros contactos da África Oriental com a Europa na viagem de Vasco da Gama à procura da rota do Oriente (CABAÇO, 2009, p. 27).

O primeiro contato entre portugueses e africanos ocorreu de forma pacífica, como pontua José Luís Cabaço. Vasco da Gama chega à África, mas o continente ainda não era alvo de interesse imediato dos portugueses. No decorrer dos séculos XVI e XVII, Portugal tinha apenas a preocupação de adquirir produtos oferecidos no território africano, como ouro, marfim e depois escravos. Carmem Lucia Tindó Ribeiro Secco, ao falar sobre a relação de Portugal com suas colônias africanas, afirma: “a ação lusitana, de 1505 a 1693, foi a de explorar o ouro, de 1693 a 1750, o marfim; e, de 1750 a 1860, o tráfico negreiro. Em 1751, os portugueses voltaram apenas ao comércio de escravos” (SECCO, 1999, 12).

A necessidade de controlar as colônias africanas nasceu no século XIX, quando o continente africano virou zona de confluência das potências européias, para a exploração de riquezas minerais, domínio, influência geo-estratégica e afirmação de poder. Somado a isto ocorre a primeira Revolução Industrial, evento que trouxe consigo, entre outras coisas, a maior necessidade de mão de obra barata, de novos mercados que fornecessem matéria-prima e de mercados consumidores do produto final. Por isso, já não era mais interessante manter o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1012045/CA

tráfico de escravos, já que esses não consumiam mercadorias e tinham vida útil em serviço muito pequena, devido ao excesso de trabalho forçado e às poucas condições de sobrevivência que lhes eram oferecidas por seus senhores.

A Revolução Industrial colocou o continente africano em evidência, por ser a região onde era possível encontrar matéria-prima e mão de obra barata. O continente africano tornou-se o local perfeito para alimentar a voracidade do capitalismo, que tem como princípio lucrar o máximo possível e gastar o mínimo para alcançar esse lucro. Dessa forma a África atendia a todos os requisitos para saciar a sede do capitalismo e da primeira Revolução Industrial.

Para o professor José Luís Cabaço,

> o decurso do século XIX determinou a urgência da expansão das fronteiras de controle, o domínio direto das fontes de matérias-primárias e a transferência para territórios periféricos de parte da produção alimentar beneficiando de trabalho não remunerado ou assalariado de baixo custo (CABAÇO, 2009, p. 30).

Esta é a nova configuração política da Europa que modifica as relações entre Portugal e suas colônias africanas. Nesse ponto da história torna-se necessário não apenas ser o dono da colônia, mas tomar posse dela, de fato, estabelecendo no território uma ocupação efetiva. A Revolução Industrial inglesa é o ponto de partida para a mudança das relações entre colonizador e colonizado.

Em 1876 aconteceu uma Conferência Internacional, em Bruxelas, convocada pelo Rei Leopoldo II, da Bélgica. Para essa Conferência foram chamadas as principais potências coloniais que disputavam a África. No entanto, Portugal, que possuía grande parte de territórios africanos, não foi convidado. Segundo Brunschwing,

> o objectivo [da Conferência] era abrir a civilização à única parte do nosso globo onde ela não tinha penetrado [...] [assim como] de conferenciar com vista a regular marcha, combinar os esforços, tirar partido de todos os recursos, evitar repetições escusadas (CABAÇO apud BRUNSCHWING, s.d., p.33).

A Conferência foi realizada com a intenção de formalizar a divisão territorial da África entre os países colonizadores europeus e evitar conflitos entre as nações européias. Um fato sobre esta conferência chama a atenção: Portugal, que não tinha tanta influência política, não foi sequer convidado para tomar conhecimento do que seria acordado na Conferência.

No ano de 1884, um novo fato mudaria definitivamente a situação portuguesa em relação às suas colônias africanas: a Conferência de Berlim, de 15

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1012045/CA

de novembro de 1884 a 26 de fevereiro de 1885. Esta Conferência passou a ser o documento que ditava as regras para a ocupação dos territórios africanos. Portugal perdeu muito com a Conferência de Berlim, "os vestígios dos velhos impérios históricos, em especial os ibéricos, foram cancelados do mapa e repartidos entre os novos parceiros coloniais" (CABAÇO, 2009, p. 32). Além da nova configuração dos territórios pertencentes aos impérios ibéricos, a Conferência de Berlim também institui entre outras regras:

> O capítulo II determina a rigorosa interdição do comércio de escravizados [...] no capítulo VI se consagra o princípio da ocupação efectiva, obrigando "as potências signatárias" a assegurar uma "autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos e, se for caso disso, a liberdade de comércio e do trânsito nas condições em que ela for estipulada" (CABAÇO, 2009, p.32 apud BRUNSCHWIG, s.d., p. 80-97).

A Conferência de Berlim reorganiza o mapa africano à revelia dos interesses portugueses. O capítulo IV da Conferência é o mais importante porque anula o direito histórico de descoberta e institui que só reconheceria o direito à terra àqueles que mantivessem ocupação permanente e efetiva no território africano.

Quando foram formuladas as regras e a nova cartografia do continente africano, não foram levadas em consideração as tribos, nem as diferentes línguas faladas naquele continente. Apenas a necessidade europeia de negociação das zonas de influência foi levada em consideração. O estado moçambicano (como a grande maioria dos estados africanos) configura uma entidade territorial política recente. A atual configuração política foi formulada a partir da presença do colonizador, as fronteiras foram definidas artificialmente em Berlim, em 1885.

> A "invenção" do Moçambique actual em finais do século XIX representa uma ruptura significativa com um conjunto de representações e percepções identitárias anteriores. A partir de então a (re) configuração desta região produz-se em função da imaginação colonial portuguesa, processo paralelo à (re) organização do mundo pela Europa. Esta criação de Moçambique como projecto político colonial e, conseqüentemente, como espaço geopolítico concreto ligado a uma identidade territorial cartografável é alheia às complexidades do local e da história local. Que silêncios e omissões estão contidos na transformação de um lugar – ilha-capital de uma colônia – em fantasia de um território que Portugal obtém, pela força das armas e da cartografia moderna, aquando da partilha de África, na Conferência de Berlim (1884-85)? À força da espada e da bala segui-se a lei, da educação formal em português, resumindo, do poder colonial instituído (RIBEIRO & MENESES, 2008, p. 9).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1012045/CA

Como pontuam Ribeiro e Meneses, a Conferência de Berlim delimita uma nova cartografia para Moçambique e subsequente a essa nova demarcação territorial segue-se a criação de novas leis, pelos portugueses, que precisavam garantir a ocupação de seus territórios africanos, em seguida observa-se também a implantação de um sistema de educação formal e de uma língua, o português, e dessa forma estava sendo constituída, de fato, a colonização.

Novamente a Europa demonstra o seu poder e define o seu espaço no continente africano, "a Conferência de Berlim constitui, qualquer que seja a interpretação histórica, pedra limiar no estabelecimento do poder colonial que viria a caracterizar a ocupação total da África no século XX" (CABAÇO, 2009, p. 34). No caso específico de Moçambique cria-se uma nova configuração política e social que perdura até os dias atuais, conforme pontuam Ribeiro e Meneses:

> O Estado-nação moçambicano que adentra o século XXI em lento processo de desenvolvimento, e em meio a crises sociais de várias ordens, foi "inventado" em finais do século XIX [...] naquela Conferência de Berlim entre 1884-85 [...] ato arbitrário que definiu fronteiras dos domínios coloniais: legislação leonina, educação formal em português para os africanos assimilados, ocultação da história africana e reescrita de identidades. Enfim, a contínua configuração do palimpsesto histórico-cultural que desde o século XV se impõe a terras africanas (RIBEIRO & MENESES apud SARAIVA, 2008, p. 236).

A legislação leonina de que fala Ribeiro & Meneses tinha como objetivo controlar o território. A lei promovia uma espécie de missão civilizadora que era feita sobre dois pilares: trabalho e ação educativa. De acordo com José Luís Cabaço, três importantes "leis" foram instituídas nesse período nos territórios africanos dominados por Portugal:

> (...) a publicação em 1899, de um código de trabalho rural que estipulava a 'obrigação legal de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhe faltem', a regulamentação da posse de terra, em 1901 – pela qual todas as terras não ocupadas passavam para a propriedade estatal –, e criação, no ano seguinte, da Curadoria de Negócios Indígenas e Emigração, que deveria "organizar um sistema judicial indígena, regulamentar as obrigações dos chefes, codificar as leis africanas, organizar um registro civil dos indígenas, delinear reserva, controlar a emigração e assumir a responsabilidade pela assistência." (CABAÇO, 2009, p. 76 apud Newitt, 1997, p.345).

Estas medidas administrativas apontadas por J. L. Cabaço visavam garantir a posse da terra, ter controle da população e promover o trabalho na colônia.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1012045/CA

Neste momento da colonização se iniciou o processo de assimilação, uma espécie de proposta de uma missão civilizadora cujo objetivo era humanizar os africanos.

Achile Mbembe explica que "(...) o conceito de assimilação fundou-se na possibilidade de uma experiência do mundo comum a todos os seres humanos, ou melhor, uma experiência de humanidade universal baseada na similaridade essencial entre os seres humanos" (MBEMBE, 2001, p. 179).

Aos moradores das terras africanas era concedido o direito de se converterem, tornarem-se assimilados, deixarem de ser o que os portugueses chamavam "irrepresentável, indefinível" (MBEMBE, 2001, p. 179). Para tornar-se um assimilado, o africano deveria (como pontua Mbembe) afastar-se das tradições africanas e tornar-se convertido pela experiência do cristianismo, aderindo às leis e às normas de conduta do Estado colonial.

Para José Luis Cabaço, a política de assimilação portuguesa propunha

> (...) em última análise um projecto de genocídio cultural que, no muito longo prazo, eliminaria o choque de culturas intrínseco da situação colonial, incorporando os povos subjugados na idéia de 'Destino' lusitano e legitimando, assim, uma denominação não consentida (CABAÇO, 2009, p.117).

No ano de 1910, Portugal torna-se uma República e com isso ocorre uma espécie de "abertura": todos os portugueses e assimilados das colônias passariam a ter os mesmos direitos e deveres. No entanto, Cabaço afirma que em Moçambique não houve qualquer modificação.

Em finais de 1914, o governo português publica um novo decreto de trabalho e, segundo esse novo decreto, trabalhos forçados só poderiam ser feitos em obras estatais ou municipais. No ano de 1917, um novo decreto é instaurado e diz respeito à distinção entre indígenas e não indígenas. Segundo Cabaço, "(...) a colônia passa a dividir-se oficialmente em 'cidadãos' (portugueses de origem e de cidadania adquirida) e sujeitos jurídicos que tendiam a se transformar em 'futuros cidadãos' e cujo acesso à plena cidadania seria pautado por potencial gradualismo" (CABAÇO, 2009, p. 109).

Os assimilados passaram a usufruir o direito de disputar empregos qualificados em órgãos do governo, todavia, eram socialmente discriminados pelos portugueses e pelos indígenas não assimilados.

Em 28 de maio de 1926, a República portuguesa sofre um duro golpe: é instituída a Ditadura Nacional. No ano de 1930, Salazar instaura o Acto Colonial.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1012045/CA

> O Acto colonial define o quadro jurídico-institucional geral de uma nova política sob dominação portuguesa. Dentro da opção colonial global do estado português, abre-se uma fase imperial, nacionalista e centralizadora, fruto de uma nova conjuntura externa e interna traduzida numa diferente orientação geral para o aproveitamento das colônias (ROSAS apud CABAÇO, 2009, p. 110).

O Acto colonial também define a liberdade aos cultos com a restrição de manter a ordem pública e ainda reconhece a missão católica em terras do ultramar. Estas missões religiosas tinham como objetivo civilizar os africanos, que para isso recebiam auxilio do governo português. De acordo com Albert Memmi, ao colonizado todos os direitos foram retirados e o Acto colonial foi apenas a confirmação da repressão, a mesma de que já sofriam os indígenas.

> Enfim o colonizador nega ao colonizado o direito mais precioso reconhecido à maioria dos homens: a liberdade. As condições de vida, dadas ao colonizado pela colonização, não a levam em conta, nem mesmo a supõem. O colonizado não dispõe de saída alguma para deixar seu estado de infelicidade nem jurídica (a naturalização) nem mística (a conversão religiosa): o colonizado não é livre para escolher-se colonizado ou não. (MEMMI, 1977, p. 82)

As colônias portuguesas no ultramar eram o último “suspiro” do império português e por esse motivo elas não podiam ser perdidas. A Constituição de 1933 define os territórios portugueses: tanto Portugal quanto os territórios do ultramar passam a ser uma unidade. Esta nova situação geopolítica é definida por Sazalar

> como uma irmandade de povos, cimentada por séculos de vida pacífica e compreensão cristã, comunidades de povos que, sejam quais forem as suas diferenciações, se auxiliam, se cultivam e se elevam, orgulhosos do mesmo nome e qualidade de portugueses (SALAZAR apud CABAÇO, 2009, p. 99).

As palavras de Salazar tentam forçar uma normalidade para a condição das colônias africanas, como se a colonização não tivesse sido imposta desde o início aos povos africanos e estes não tivessem perdido o direito à própria terra, à cultura, à religião e aos seus costumes.

Cabaço afirma que, apesar de todos os esforços portugueses, em Moçambique, a política de assimilação não obteve grandes resultados. Na década de 60, grande parte dos dirigentes dos movimentos que pregavam a libertação da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1012045/CA

colônia era de famílias assimiladas.[2] Estes movimentos começam a ganhar força em dezembro de 1961, quando a ONU publica a Resolução A/1514 – Declaração sobre a Concessão de Independência aos países e povos coloniais.

Em 1962, Moçambicanos organizados na FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), fruto da união de diversas frentes de libertação e liderada por Eduardo Mondlane[3], lutava contra a imposição do regime português.

A FRELIMO tinha como objetivo principal acabar com a dominação portuguesa em Moçambique, almejava independência imediata e completa, liderados por Eduardo Mondlane. As lutas pela independência foram importantes para a consolidação de um sentimento nacional, uma vez que elas não se configuraram a partir de uma questão étnica e sim nacional.

> A concepção defendida pela FRELIMO era de uma unidade que englobasse todos os moçambicanos, sem descriminação, consubstanciada na unidade ideológica do movimento, na unidade entre guerrilheiros e o povo, na unidade entre elites e massas, trabalho intelectual e trabalho manual, cidade e campo [...] Esta unidade forjar-se-ia na participação na libertação nacional e no comportamento quotidiano, conquistar-se-ia pela comunhão dos sofrimentos vividos, pela convergência nos propósitos de luta, pelo estabelecimento de 'relações de tipo novo' que deveriam ultrapassar tanto a experiência colonial como a tradicional (CABAÇO, 2009, p. 240).

Dessa forma, com apoio crescente da população e grandes adesões ao movimento, em junho de 1975, a FRELIMO consegue a independência em Moçambique e a construção do projeto nacional passa a entrar em vigor. Muitos escritores e jornalistas participaram da FRELIMO ativamente. Mia Couto, cuja produção literária é analisada nesta dissertação, foi um desses, tinha apenas dezenove anos quando seu país tornou-se independente e estava lá no estádio da Machava:

> No dia da Independência de Moçambique eu tinha 19 anos. Alimentava, então, a expectativa de ver subir num mastro uma bandeira para o meu país. Eu acreditava, assim, que o sonho de um povo se poderia traduzir numa simples

[2] Cf. em CABAÇO, 2009. p.133.

[3] Eduardo Mondelane nasceu na província de Gaza, em junho de 1920. Estudou em escolas de missão presbiteriana suíça e um período na Universidade de Lisboa, mas logo ganhou uma bolsa de estudos nos EUA, onde se formou Doutor em Sociologia. Antes de assumir a liderança da FRELIMO era funcionário da ONU, no departamento de curadoria para assuntos de África, e também era professor universitário. Em 03 de fevereiro de 1969 foi assassinado. Sua liderança na FRELIMO foi de suma importância para a consolidação do movimento, pois conseguiu impor unidade. Integrou militantes à FRELIMO, pessoas que por conta da repressão haviam fugido para a França, a Argélia e o Marrocos, como Marcelino dos Santos e Samora Machel, sendo o último o sucessor de Mondlane na liderança do movimento e primeiro presidente moçambicano.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1012045/CA

> bandeira. Em 1975, eu era jornalista, o mundo era a minha igreja, os homens a minha religião. E tudo era possível. Na noite de 24 de Junho, juntei-me a milhares de outros moçambicanos no Estádio da Machava para assistir à proclamação da Independência Nacional, que seria anunciada na voz rouca de Samora Moisés Machel. O anúncio estava previsto para a meia-noite em ponto. Nascia o dia, alvorecia um país. Passavam 20 minutos da meia-noite e ainda Samora não emergira no pódio. De repente, a farda guerrilheira de Samora emergiu entre os convidados. Sem dar confiança ao rigor do horário, o Presidente proclamou: "às zero horas de hoje, 25 de Junho...". Um golpe de magia fez os ponteiros recuarem. A hora ficou certa, o tempo ficou nosso.[4]

Com a chegada da independência, todos os que lutaram por ela acreditavam que era o começo da construção de um novo país, de uma nação. Como afirma Mia Couto, ao final da citação, o tempo passou a ser deles, moçambicanos; Moçambique não era mais colônia portuguesa. A FRELIMO assume o governo de Moçambique por meio de uma eleição unipartidária, elegendo Samora Machel como chefe deste governo.

No entanto, a política de governo adotada pela FRELIMO não correspondeu às expectativas do povo moçambicano. A modelo político adotado foi o socialismo, de acordo com a professora Eneida Leal Cunha, foi a último teste feito em África, uma tentativa utópica de se desvencilhar do colonialismo. O Estado passou a controlar os principais meios de produção e agricultura. Em nome de uma sociedade moderna, o partido tenta construir uma nova nação em uma perspectiva marxista/socialista, tomando como exemplo o bloco socialista do leste europeu. No entanto, Moçambique apresentava características totalmente diferentes dos países europeus que tinham governo socialista e muitos equívocos foram cometidos em busca de um novo país, na tentativa de criar uma nova nação livre como, por exemplo, as dimensões locais e culturais foram rechaçadas, manifestações culturais tradicionais e religiosas foram proibidas.

A nova configuração política pós-independência gerou enorme sentimento de insatisfação, com isso grupos minoritários contrários à FRELIMO entram em cena, articulando um movimento de desestabilização que culminou na guerra civil que durou cerca de dezesseis anos.

A guerra civil foi travada entre a FRELIMO e a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), que tinha como patrocinadores de sua guerrilha os regimes de Apartheid e o Segregacionista, respectivamente da África do Sul e da

[4] Entrevista com MIA COUTO para a SÉRIE NOVA ÁFRICA, realizada pela TV Brasil em junho de 2009, em São Paulo, SP, Brasil.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1012045/CA

Rodésia (Atualmente Zimbábue). Esses países deram apoio e abrigo a RENAMO porque Moçambique era uma base de apoio aos movimentos de resistência, contrários a esses governos racistas. No ano de 1976, Moçambique chegou a fechar fronteiras e suspender relações comerciais com a Rodésia. Tal atitude foi prejudicial à Rodésia, que se configura cartograficamente como um país do interior, sem saída para o mar e por esse motivo necessitava economicamente do corredor da Beira (importante cidade em Moçambique), por onde escoava a sua produção e recebia mercadorias.

Não podemos deixar de pontuar também que a escolha do novo governo moçambicano pelo regime socialista gerou uma grande insatisfação. Dentro de um plano político internacional de Guerra Fria, com o mundo dividido entre os Estados Unidos (potência capitalista) e União Soviética (de regime socialista), a escolha dos ideais socialistas por parte de Moçambique e de outros governos em África não foi aceita de bom grado pelo mundo capitalista.

Temudo afirma que apoiada pelo Regime de Apartheid da África do Sul, a Rodésia acolheu o movimento de guerra contra o governo moçambicano, a RENAMO. Todos aqueles que eram contrários à FRELIMO e às políticas adotadas pelo governo de Samora Machel, incluindo os dissidentes expulsos ou que romperam com a FRELIMO, os ex-colonos portugueses que perderam tudo com a estatização de alguns setores da economia do país (juntamente com os países que eram comprometidos com a política do *Apartheid*) juntaram-se a RENAMO para combater o novo governo moçambicano.

A RENAMO recebeu armamentos do governo sul-africano e do governo da Rodésia a implantação de bases para treinamento de militar, o conflito armado entre os dois movimentos políticos durou ente 1976 a 1992. Parte da população moçambicana aderiu ao movimento, lutando ao lado da RENAMO. Pesquisadores como Temudo e Florêncio afirmam que essa mudança de “lado” ocorreu por causa da não aceitação, por parte da população, do modelo econômico imposto pela FRELIMO, que tinha como princípio a criação de aldeias comunais e a coletivização dos meios de produção.

Peter Fry em seu artigo *A cultura da diferença* analisa a adesão por parte da população local à RENAMO

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1012045/CA

> ao contrário da versão oficial, grupos inteiros sobre a liderança dos anciões de linhagens específicas deixaram espontaneamente áreas controladas pela FRELIMO para unir-se à RENAMO [...] esses grupos precisamente os que foram excluídos tanto pelo estado colonial quanto pelo governo da FRELIMO. A RENAMO deu-lhes a oportunidade de usar armas e violência para se colocarem fora do controle dos que eles chamavam o "Estado Aldeião", referindo-se à política de destruir a organização política e residencial prévia, para constituir "Aldeias comunais" [...] num sentido mais amplo a guerra alimentou-se também da exclusão das áreas rurais a favor das cidades, as quais, com "seus habitantes alfabetizados, educados e lusófonos, pertenciam a FRELIMO" (FRY, 2003, p. 298).

A decisão de proibir as manifestações religiosas e culturais do povo, somada ao não reconhecimento do poder dos chefes locais levou a uma parte da população a lutar ao lado da RENAMO. Aqueles que se sentiram prejudicados foram lutar contra o recém-instaurado governo. O testemunho de uma mulher moçambicana nos possibilita compreender claramente o impacto das políticas nacionais nas aldeias tradicionais de Moçambique:

> Foram os mapéwé (chefes), os que deram origem a comunidade através da epepa (farinha de milho oferecida aos ancestrais) [...] Graças à epepa, cada chefe da linhagem humu tem a permissão de se comunicar com os ancestrais de seu grupo, e a comunidade nunca sofreu desastres. Essa guerra que sofremos foi provocada pelos "contrários". Não podíamos fazer nada: não podíamos depositar a epepa, íamos presos. É por isso que deixamos de depositar a epepa: para deixar que os donos (FRELIMO) fizessem o que quisessem [...] Deixamos de colocar a epepa, e por isso quando a guerra chegou a nossa comunidade, ninguém podia evitá-la [...] tínhamos medo de ir aos lugares sagrados para rezar e evitar a guerra. Mas se tivéssemos ido rezar e evitar a guerra. Mas, se tivéssemos ido rezar nesses lugares e se as autoridades tivessem encontrado a epepa lá, teriam nos prendido (GEFFRAY 1990, apud FRY, 2003 p. 298-299).

Este depoimento mostra claramente o descontentamento com a ideologia socialista adotada pelo governo de Samora Machel, que proibia a população, entre outras coisas, de realizar seus cultos aos ancestrais e desrespeitava o poder dos chefes locais. A RENAMO se apresentou como uma opção para a manutenção da tradição e em seus discursos apontavam a política da FRELIMO como uma regressão ao passado colonial, utilizavam alguns equívocos cometidos pelo novo governo para fortalecer seu discurso oposicionista. Temudo afirma que a RENAMO era "uma organização militar que não possuía uma ideologia claramente definida. A sua propaganda estruturava-se em torno de uma oposição explícita a FRELIMO" (TEMUDO, 2005, p. 34).

No ano de 1983 a guerra ganha nova configuração, os governos da África do Sul e de Moçambique assinaram o Acordo de Nkomati. Com este acordo a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1012045/CA

África do Sul se comprometeu a abandonar o apoio militar à RENAMO, em contrapartida, Moçambique não apoiaria mais a ANC[5] (Congresso Nacional Africano), que participava dos mais importantes movimentos na luta contra o regime do *Apartheid*. Com este acordo a RENAMO sofreu um duro golpe que a deixou enfraquecida.

Em 1987, Moçambique encontrava-se devastado com a guerra, já contabilizavam mais de um milhão de mortos, a miséria e a fome se alastravam. Esta situação obrigou ao governo moçambicano a assinar um acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e com o Banco Mundial. Em troca da ajuda internacional, o governo moçambicano se comprometeu a abandonar a política socialista, controlar a inflação e se abrir para investimentos estrangeiros. Dessa forma Moçambique deixa de ser uma vertente socialista, muda a sua orientação política e econômica e consegue enfraquecer o apoio internacional à RENAMO.

A comunidade internacional começa a mediar o processo de pacificação e em quatro de outubro de 1992 foi assinado o Acordo Geral de Paz, em Roma, pelo líder da RENAMO, Afonso de Dhlakama, e o presidente moçambicano Joaquim Chissano. Este acordo definiu algumas regras: eleições livres e secretas, liberdade de crenças, opiniões e associações, respeito aos direitos cívicos e humanos, anistia a presos políticos e pluralismo partidário.

No decorrer do percurso feito até aqui, podemos perceber que a História da África sempre chegou até nós, povos do Ocidente, através do olhar europeu, que criou um estereótipo, uma imagem do africano bárbaro, misterioso, enfim, diferente dos padrões eurocêntricos, conforme afirma Horta:

> Essa construção faz-se de acordo com as categorias culturais e mentais de quem viu, ou de quem escreve [...] A representação é, aqui, a tradução mental de uma realidade que se proporcionou e que vai ser evocada – oralmente, por escrito, por ícone – estando ausente (HORTA, 1995, p. 189).

A despeito de toda a explicação etnográfica, antropológica e política, dada na época, à corrida imperialista pela África; ela não mudou apenas a configuração cartográfica do continente, mas o encontro da Europa com o Oriente, ela mudou radicalmente ambos os envolvidos. No entanto, o único a perder com este encontro foi o Oriente e a História prova isto. A África atual pobre, dependente

[5] ANC – Congresso Nacional Africano era uma organização que lutava contra o regime de *Apartheid*, na África do Sul. Participaram desta organização nomes como Steve Biko e Nelson Mandela.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1012045/CA

economicamente iniciou o seu longo processo de degradação no encontro com o Ocidente.

Ao pesquisar em alguns livros sobre a história do continente africano pude perceber que esta sempre foi contada sem a voz do africano, uma visão que ainda reside no imaginário de muitos. Conforme pontua Hernandez:

> Significa dizer que o saber ocidental constrói uma nova consciência planetária constituída por visões de mundo, auto-imagens e estereótipos que compõem um "olhar imperial" sobre o universo. Assim, o conjunto de escrituras sobre a África entre as últimas décadas do século XIX e meados do século XX, contém equívocos, pré-nações e preconceitos decorrentes, em grande parte de lacunas do conhecimento quando não do próprio desconhecimento sobre o referido continente. Os estudos sobre esse mundo não ocidental foram, antes de tudo, instrumentos de política nacional, contribuindo de modo mais ou menos indireto para uma rede de interesses político-econômicos que ligavam as grandes empresas comerciais, as missões, as áreas de relações exteriores e o mundo acadêmico (HERNANDEZ, 2005, p. 17-18).

O escritor moçambicano Mia Couto define de maneira clara a dificuldade dos africanos em se pensarem como sujeitos da História:

> Qual a dificuldade em nos pensarmos como sujeitos da História? Vem, sobretudo, de termos legado sempre aos outros o desenho da nossa própria identidade. Primeiro os africanos foram negados. O seu território era a ausência, o seu tempo estava fora da História. Depois os africanos foram estudados como um caso clínico. Agora, são ajudados a sobreviver no quintal da História.[6]

Mia Couto faz um resumo da situação do continente africano até os dias atuais, quando os países sobrevivem com a ajuda internacional, como é caso de Moçambique. Cerca de quarenta por cento do orçamento do país vêm de doações da comunidade internacional.

Para conhecer um país em (re) construção: Mia Couto e seu olhar para Moçambique propõe analisar a produção literária do escritor moçambicano Antonio Emilio Leite Couto, mais conhecido como Mia Couto com o intuito de objetivo central examinar de que forma o escritor constrói a sua obra de ficção.

Proponho conhecer Moçambique através da literatura de Couto, porque ele afirma escrever sobre seu país:

[6] COUTO, Mia. *Oração da Sapiência*. Texto utilizado na abertura do ano letivo no ISCTEM. **REVISTA VERTICAL** nº 781, 782, 783. Março de 2005, p. 34-45

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1012045/CA

> Estou condenado a escrever sempre naquele universo que é o mundo onde nasci e vivi. Provavelmente levarei esse lugar comigo, como a baleia que busca a costa, estou condenado a escrever sobre o meu país. **Até agora, nunca escrevi uma linha que não fosse sobre aquele espaço afectivo que eu imagino ser Moçambique.**[7] (grifo meu)

O escritor afirma ser Moçambique a temática de sua literatura, em função de sua estreita ligação com seu país. A questão que dimensiona este estudo é a compreensão – através da literatura feita em Moçambique, por um moçambicano – de fatos importantes do país, contado por aquele que faz parte do grupo dos que sempre foram subjugados à História. Além disso, pretendo pontuar que temáticas o escritor privilegia e de que forma reflete sobre as demandas de seu país em seu projeto literário. Tomo como fonte de pesquisa o autor moçambicano Mia Couto, considerando três de seus livros de contos: *Cronicando; O fio das missangas; e Estórias absonhadas* – publicados, respectivamente, em 1988, 1994 e 2004.

A escolha destes livros de contos se deve ao fato de os dois primeiros serem considerados livros de guerra, isto é, as obras têm suas narrativas direcionadas para a guerra civil e suas consequências. Já o terceiro livro, *O fio das missangas*, trata como temática a sociedade moçambicana, suas crenças e seus costumes, dando um enfoque maior à questão da mulher moçambicana.

Nesta apresentação buscou-se traçar um panorama de ideias que orientam a elaboração desta pesquisa. O primeiro ponto refere-se à representação da África restrita aos ocidentais, com seus discursos de afirmação de superioridade cultural, intelectual e civilizacional.

No primeiro capítulo será feita uma breve abordagem sobre a literatura moçambicana, pois defendo que a introdução da escrita, em uma comunidade essencialmente acústica, de longa tradição oral, como é caso de Moçambique, cria uma nova cultura: a da escrita, que não abre mão da oralidade. Dessa forma poderemos compreender o "Moçambique das palavras escritas", pois foi ela, a escrita (através da literatura), o dispositivo que possibilitou o conhecimento da guerra civil – uma guerra silenciada pela comunidade internacional. O espaço literário permitiu trazer à tona as memórias da guerra, a dor, o sentimento de impotência social diante daquela enorme catástrofe humana. A literatura é a fonte importante de representação deste evento passado, algo que "revela todo o seu

[7] Disponível em < http://revistabrasil.org/revista/artigos/celina3.html> Acessado em 30/12/2011.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1012045/CA

potencial como documento, instância complexa, repleta das mais variadas significações que incorpora a história em todos os seus aspectos" (SEVCENKO, 1998, p. 246). E, por isso, é utilizada nesta dissertação como fonte de conhecimento do país Moçambique.

O segundo capítulo traz questões pontuais sobre o papel do intelectual diante de sua sociedade. A abordagem visa compreender de que forma o intelectual moçambicano Mia Couto, através de suas palavras escritas, ajuda a construir um sentimento de moçambicanidade. Posteriormente apresento uma breve biografia de Mia Couto, com algumas informações, que considero importantes, concluindo esta sessão da dissertação com uma concisa análise da escrita literária do escritor.

No terceiro capítulo será feita uma reflexão sobre a guerra civil e seus efeitos na sociedade moçambicana, a partir da análise dos livros *Cronicando* e *Estórias absonhadas.* Identifico nas narrativas as mazelas sofridas pela sociedade por causa do conflito bélico, destaco também de que forma o escritor Mia Couto pontua a importância do idoso dentro da cultura de seu país. Com o livro de contos *O fio das missangas* pretendo pontuar a situação da mulher moçambicana e os aspectos da escrita de Mia Couto, em um livro pós-guerra civil.

Além disso, também selecionei dois livros de opinião do escritor: *Pensatempos* e *Se Obama fosse africano*, que juntamente com a análise dos contos ajudaram a pontuar "que África escreve o escritor africano".[8] Acredito que esses livros são importantes para esta pesquisa, em função da abordagem e das reflexões do autor a respeito de diferentes temáticas de seu país, tais como: a miséria, o sistema educacional, eleições, entre outros. Além disso, são livros de opinião que contêm discursos feitos para abertura de eventos e outros de opinião, editados em jornais ou debates feitos em eventos, realizados em diferentes lugares do mundo.

Esta dissertação não tem a pretensão de esgotar o assunto referente à temática proposta, muito pelo contrário, é apenas uma modesta contribuição para os estudos sobre Moçambique. No decorrer das pesquisas para a formulação deste texto final, muitas dificuldades foram encontradas para conseguir materiais teóricos e literários. As dificuldades que por ventura encontrei, serviram para me

[8] Título dado pelo escritor Mia Couto a intervenção na cerimônia de atribuição ao Prêmio Internacional dos 12 melhores Romances de África, Cape Town, em julho de 2002.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1012045/CA

convencer da necessidade de abordar esse assunto. Que este trabalho seja mais um a falar sobre a História da África, em particular da literatura moçambicana.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1012045/CA